



Capítulo 14

Diversidade Sociocultural

Beneficiamento local e cooperativo da polpa de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* Schum.) em uma comunidade da RDS TUPÉ, Manaus-AM*

Veridiana Vizoni SCUDELLER

Dra. em Biologia Vegetal; Universidade Federal do Amazonas/UFAM. Departamento de Biologia – Manaus - AM. E-mail: vscudeller@ufam.edu.br.

Edinaldo Nelson dos SANTOS-SILVA

Coordenação de Pesquisas em Biologia Aquática/INPA. E-mail: nelson@inpa.gov.br

RESUMO - O cupuaçu, fruta nativa da Amazônia, é um componente tradicional da alimentação regional. Na culinária seu uso tem sido registrado em mais de 60 modalidades de produtos. O processo atual de extração e conservação da polpa é dependente de energia elétrica. Serviço incomum nas comunidades rurais da Amazônia. Aliado a isso, a dificuldade de transporte dos frutos, escoamento e comercialização da produção chegam a ocasionar a perda total da safra de pequenos produtores. Na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, os pequenos produtores de cupuaçu têm reduzido aproveitamento de suas safras devido aos problemas acima mencionados. Para demonstrar que os produtos da biodiversidade local e regional podem se constituir em benefícios reais para as comunidades locais, em 2006 o projeto Biotupé iniciou um programa de aproveitamento total do cupuaçu na comunidade do Julião. Na primeira fase, um grupo de comunitários foi capacitado para realizar através do trabalho cooperativo, a colheita e higienização dos frutos, extração mecânica da polpa e o preparo de doces, balas e geléias. Todo o processo foi quantificado, visando à padronização das receitas e a avaliação da viabilidade econômica. A ação da broca do fruto reduziu o rendimento de polpa da safra de 2007 a 25%.

* Adaptado do texto aprovado pelo NEAD (Núcleo de Estudos Agrário e Desenvolvimento Rural) apresentado na Oficina de Integração do Fórum de Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento Agrário – Brasília, 2009.

Verificou-se que 6 kg de polpa e cerca de 2 horas de trabalho na cozinha renderam 48 potes (250 ml) de doce e 48 potes de geléia ou então 720 balas gastando-se cerca de 18 horas. Estes resultados demonstraram que com trabalho em grupo é possível aumentar significativamente a renda. Antes deste programa, a safra era comercializada vendendo-se os frutos *IN NATURA*, por R\$ 0,50 a 1,00/fruto, dependendo do seu tamanho, ou quando muito vendendo polpa extraída manualmente. Processo anti-higiênico e demorado, levando-se 4 horas para extrair 3 kg de polpa, vendida a R\$ 2,50 o quilograma. Demonstrada a viabilidade econômica do processo, a organização do grupo e a gestão financeira do negócio são os desafios para o futuro. Além do aproveitamento de outros subprodutos da cultura como a semente e a casca. A experiência mostra que esta atividade é viável econômica e socialmente, mesmo em condições adversas, como acontece na maioria das comunidades ribeirinhas. Falta apenas a persistência do grupo para superar as dificuldades iniciais e um apoio técnico para conduzir os trabalhos. Quanto a metodologia adotada para as ações na comunidade, foi utilizado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que oferece uma gama de conceitos e métodos que facilitam os processos de conhecimento, ação e organização durante o planejamento participativo, colaborando na construção do projeto coletivo. Dessa forma, a dinâmica se dá em torno de tudo que é expresso como relevante pelos moradores e depois hierarquizado pelas prioridades. O processo educacional que ocorre durante essa tarefa de dissecar desejos e vislumbrar possibilidades é o mecanismo responsável pela formação e capacitação dos sujeitos envolvidos. Portanto, analisando os 22 meses de intervenção na comunidade podemos então concluir que os procedimentos adotados conseguiram atingir os objetivos propostos no projeto, que o envolvimento, ou empoderamento, comunitário ocorreu e que as mudanças de comportamento e postura em relação ao assistencialismo que estavam tão acostumados está gradativamente mudando e cada vez menos presente no discurso dos comunitários que estão envolvidos nesse processo. Realizar avaliações ao longo do desenvolvimento das atividades nos permitiu corrigir pequenos desvios, o que de certa forma foi responsável pelo êxito do projeto.

Introdução

Como elemento chave da estratégia de sobrevivência na região amazônica, a biodiversidade desempenha um papel fundamental no contexto econômico, social e cultural das populações tradicionais, muitas vezes constituindo-se em única fonte de recursos para a sua sobrevivência (Lisboa, 2002). Além de possuir uma grande riqueza biológica formada pelos ambientes naturais, a floresta Amazônica possui uma grande riqueza cultural proveniente do conhecimento das populações locais que residem na região. Portanto, os processos de

integração e relação de comunidades rurais com o meio ambiente, suas relações sociais, políticas, econômicas e suas estratégias de sobrevivência e uso da biodiversidade em uma área de conservação próxima a um grande centro urbano, a cidade de Manaus, constitui-se no objetivo principal do projeto Biotupé (<http://biotupe.org/site>).

O Biotupé é um grupo de Pesquisa intitulado “Biotupé: Estudo do meio físico, diversidade biológica e sociocultural da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé”, criado em 2002. Com objetivos de longo prazo centrados no inventário, identificação e quantificação dos recursos naturais da bacia do Lago Tupé, mostra-



nos a dificuldade em lidar com as variáveis sócio-ambientais de forma isolada. Além do trabalho específico de biólogos, educadores, cientistas sociais, arquitetos, engenheiros ambientais e agrônomos, sociólogos, psicólogos e ecologistas muito contribui para o projeto entender o comportamento humano em sociedade, isto é, como está organizada e como lida com seus interesses e dificuldades a comunidade humana que habita ou freqüenta uma Unidade de Conservação com aquelas características.

Tendo em vista que o projeto Biotupé sempre se propôs a mostrar que é possível gerar renda usando a biodiversidade local ou regional e os saberes e práticas tradicionais já utilizadas na RDS Tupé, o presente relato de uma experiência visa demonstrar que a construção do desenvolvimento rural sustentável com base nestes princípios utilizando a Agroecologia como condutora deste processo é possível. Portanto, através de análises econômica, social e ecológica do processo comunitário de beneficiamento e comercialização do cupuaçu (aproveitamento total do fruto) é que estamos mostrando que é possível mudar o panorama inicial desses comunitários/ribeirinhos.

A situação de pobreza e exclusão é uma condição estrutural que se caracteriza por limitações de acesso a terra, aos mercados, ao trabalho, à educação e à saúde. No meio rural, para superar os processos de exclusão, são necessários esforços coordenados, que busquem tanto a melhoria das atividades já desenvolvidas, como o estímulo a outras atividades (agrícolas e não-agrícolas). Essas escolhas devem ser realizadas pelas comunidades rurais que em seus próprios processos de organização construirão as alternativas para combater problemas sociais e ambientais.

A necessidade de pesquisar e propor ações visando integrar comunidades humanas ao seu entorno, de modo que a preservação ambiental agregue-se a utilização sustentável dos recursos naturais ali existentes exige que tenhamos a compreensão adequada de todas as variáveis em interação. Ou seja, não basta descrever os aspectos constitutivos da flora e da fauna, os movimentos

ou ciclos naturais. É de fundamental importância compreender como o elemento humano afeta e é afetado pelas condições sócio-ambientais e como a nova dinâmica interfere positiva ou negativamente em seu comportamento, bem como entender as externalidades do processo constituído, analisar pontos que estejam fora do processo e que, no entanto, interferem nos mesmos de modo significativo.

É de fundamental importância, portanto, executar um projeto de desenvolvimento comunitário que compreenda, considere e reorienta os processos sociais, econômicos e ambientais explícitos nas comunidades. Como complemento, buscar, ainda, enfatizar uma aprendizagem que além de valorizar os saberes tecno-científicos, valorize, igualmente, os saberes locais, proporcionando experiências que ampliem seus conceitos mudando valores e posturas mediante seus pares e, conseqüentemente, o ambiente onde vivem, transformando as comunidades em gestoras de seus processos e participantes integrais da sociedade.

Cunha (2001) comenta a importância de os projetos de conservação adquirirem sentido local, lembrando que:

“Uma dificuldade no envolvimento de comunidades locais em projetos de conservação é que, por via de regra, de início esses projetos são elaborados por alguém em posição de poder e só depois se “envolvem” os grupos locais. Mas mesmo nos casos em que a origem de projetos conservacionistas vem de iniciativas de grupos locais, resta a dificuldade de ajustar os planos de ação em diferentes esferas, de conseguir recursos externos, de obter capacidade técnica necessária”

A comunidade Julião

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé localiza-se na margem esquerda do rio Negro, a Oeste de Manaus distante aproximadamente 25km em linha reta do centro da cidade. É a maior unidade de conservação do

município de Manaus, com uma área de 12 mil hectares, administrada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Na RDS Tupé existem seis comunidades, das quais o Projeto Biotupé atualmente atua em quatro: São João do Tupé, Agrovila, Tatu e Julião, além de Caióé (entorno).

A comunidade Julião fica à beira do Tarumã-Mirim, no limite da RDS. São aproximadamente 70 famílias, que se espalham em casas ao longo dos igarapés e em um pequeno aglomerado de casas, onde fica uma escola municipal com turmas de primeira a quarta série e o Programa Itinerante de quinta a nona série, uma igreja evangélica, o barracão sede da Associação Comunitária e que aloja a cozinha do grupo de beneficiamento do cupuaçu. Não existe água encanada, nem luz elétrica (fato que mudou com o Programa Luz para Todos do Governo Federal, a partir de 2009), sistema de coleta e tratamento de esgoto, posto de saúde ou outro serviço público qualquer. Existe transporte fluvial, mas com periodicidade irregular e custo elevado. Existe também um telefone público que geralmente está com defeito e não funciona. Cinqüenta por cento daqueles que possuem lotes na vila tem residência principal em Manaus, passando apenas finais de semana na comunidade. A população desta comunidade também tem renda familiar baixa e baixo nível de instrução formal. É constituída principalmente por adultos/velhos e crianças. O número de jovens que residem na comunidade é muito baixo.

Nesta comunidade, alguns moradores ainda praticam a agricultura de subsistência ou cultivam fruteiras, principalmente o cupuaçu. As dificuldades de acesso e de transporte representam os maiores empecilhos para o escoamento adequado de qualquer produção. O pouco do cupuaçu que os produtores conseguem trazer de suas propriedades para a vila é em forma de fruto, sem sofrer qualquer beneficiamento e agregação de valor. Geralmente é vendido a preços irrisórios a atravessadores de Manaus. Qualquer iniciativa para extração de polpa tem que ser feita de forma manual, com tesoura, método demorado, que causa desperdício

e com sérios problemas de higiene e controle de qualidade. Ao final a polpa obtida tem que ser vendida rapidamente, no mesmo dia, também a preços não compensadores.

O acesso regular é feito unicamente por via fluvial. No período de seca esta comunidade fica isolada. Seus moradores têm que fazer longas caminhadas para ter acesso aos locais onde as embarcações conseguem chegar. Nesta época quase todos os comunitários que possuem casa própria ou de algum parente em Manaus se mudam temporariamente para esses locais até que o nível das águas volte a permitir o tráfego regular das embarcações e eles possam retornar às suas atividades nas comunidades.

Um fato que se percebe na RDS Tupé é que muitas das famílias que lá vivem não sabem ao certo o que essa unidade de conservação representa, as formas de usarem os espaços vivente diante das regras impostas pelo poder público que resultam em pequenos problemas relacionados aos possíveis usos da terra. Essa situação passou agora a ser discutida num âmbito geral, como proposta de entendimento de ação dentro da RDS, à proibição ou não da caça, o que se pode ou não coletar ou comercializar, ou mesmo apropriar-se do espaço vivente (local onde todos possam usufruir, alimentar-se de propósitos devidos a si mesmos como identidade geral diante da comunidade) (Reis Júnior *et al.* – neste volume).

Portanto, abaixo será apresentado o relato que mostra uma experiência adquirida no projeto que teve como principal objetivo promover iniciativas de uso e exploração racional dos recursos naturais, implementando atividades de caráter produtivo e educativo a partir de conceitos inerentes ao desenvolvimento sustentável. Portanto, o eixo que conduziu as ações do projeto foi a questão ambiental, para depois alcançarmos outras dimensões do universo da RDS Tupé. Acreditando que as técnicas tradicionais adotadas pelos comunitários do Julião para a prática da agricultura e comercialização do cupuaçu não sejam as mais adequadas para gerar renda, pretendeu-se trabalhar juntamente com os comunitários



técnicas apropriadas para agregação de valor ao cupuaçu, através do beneficiamento da polpa para a produção local de geléias, doces e balas. Então, esse projeto não só avaliou a viabilidade econômica do beneficiamento do cupuaçu, como também atuou juntamente com os comunitários no processo de aprendizagem das técnicas, relacionando-as sempre à educação ambiental; da cadeia produtiva, desde a colheita do fruto até a venda dos doces, balas e geléias.

A experiência do grupo de beneficiadores de cupuaçu do Julião

Segundo Scudeller (2007), a partir de um extenso trabalho de campo realizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Tupé (projeto Biotupé/Temático – FAPEAM 958/2003) – comunidades São João do Tupé e Colônia Central, durante os anos de 2004 a 2006, extraiu algumas conclusões acerca da viabilidade econômica do uso de alguns recursos vegetais não-madeireiros pelos comunitários, como óleo de copaíba, produção de geléia de cupuaçu e artesanato, para geração de renda e melhoria da qualidade de vida. A autora destacou quatro prováveis explicações para entender porque as atividades propostas aos comunitários não foram desenvolvidas com êxito: 1. falta de representatividade do líder comunitário; 2. falta de iniciativa comunitária; 3. as relações sociais eram muito instáveis e grande fluxo de pessoas vindo para Manaus a qualquer dificuldade; e por fim, 4. a falta de perspectiva imediata de retorno financeiro das atividades propostas.

Em decorrência dessa experiência, a equipe do Biotupé trabalhou nos anos de 2006 e 2007, com apoio financeiro do CNPq (MCT/MDA através do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico processo no 554318/2005-9 edital CT-AGRO 19 e processo 554289/2005-9 edital CT-AGRO 20) realizando diversas reuniões com o grupo de beneficiadores de cupuaçu da comunidade Julião mostrando a importância de uma organização

comunitária mais forte e eficiente para que eles mesmos, sozinhos, de forma competente, possam desenvolver todas as atividades necessárias para o aproveitamento do cupuaçu, independentemente do projeto.

A polpa de cupuaçu era o principal produto obtido, apesar de não ser o único. Segundo a literatura e relatos da própria comunidade, pode ser utilizada para a fabricação de sorvete, refresco, picolé, néctar, doce, geléia, licor, xarope, biscoito, bombom e iogurte. Na culinária regional seu uso tem sido registrado em mais de 60 modalidades de produtos como, por exemplo, pudins, cremes, tortas, molhos, bolos e pizzas. O processo de extração e conservação da polpa é totalmente dependente da existência de energia elétrica. Situação pouco comum nas comunidades rurais da Amazônia.

Por 22 meses foram trabalhadas na comunidade o beneficiamento do cupuaçu de forma a gerar um produto que agregasse valor e não dependesse de energia elétrica (por motivos óbvios na época). Então foi decidido trabalhar a produção de doces, geléias e balas. Portanto, três frentes de atuação foram iniciadas: 1. padronização da receita de doce, geléia e balas de cupuaçu, processadas e beneficiadas na própria comunidade nos princípios da cooperação; 2. organização comunitária e elaboração de um estatuto do grupo; 3. manejo e tratamentos culturais do cupuaçuzal.

Com os resultados obtidos pode-se afirmar que o beneficiamento do cupuaçu é uma atividade rentável, com um potencial de geração de renda da grandeza de R\$ 100,00 (cem reais) para cada 1,5h trabalhada na produção de doces e geléias e o mesmo valor para cada 16h trabalhada na produção de balas, sem contabilizar o esforço da venda. Verificou-se que 6kg de polpa e cerca de 2h de trabalho na cozinha rendeu 48 potes (250 ml cada) de doce e 48 potes de geléia ou então 720 balas gastando-se cerca de 18h.

No entanto, apesar disso, o grupo não obteve esse valor por hora trabalhada por diversos fatores, entre eles: a falta de organização no trabalho, muitas vezes esqueciam-se de registrar

as horas trabalhadas; os registros de produção não coincidiam com os da venda; um controle incipiente do estoque os forçava a ter mais despesas para as compras de matéria prima; e por fim, mas não menos importante, as doenças e pragas no cupuaçuza reduziram em muito a produção, tornando mais intensa a necessidade dos tratamentos culturais, atividade desenvolvida pelos homens do grupo, que são poucos. Então, conclui-se que essas atividades desenvolvidas no âmbito desses projetos apresentaram resultados econômicos satisfatórios, destacando que atividades alternativas de geração de renda em unidades de conservação (ou comunidades rurais, de uma forma geral) podem ser bem sucedidas, desde que exista uma política de continuidade e com um forte componente de assistência técnica, pois percebeu que no início das atividades, quando a comunidade era visitada semanalmente o avanço era maior de que quando mensal, já com intenção de trabalhar a autonomia do grupo. Essa experiência também mostrou que não é possível mensurar o êxito de uma ação em uma comunidade exclusivamente sob a ótica econômica, apesar dos números bastante satisfatórios. Os aspectos sociais e ambientais são tão ou mais importantes que os econômicos.

Quanto aos tratamentos culturais, mesmo depois de uma capacitação bastante prática na roça de um dos comunitários, as medidas de controle e prevenção das doenças e pragas não foram tomadas, principalmente porque o grau de infestação era muito alto e o retorno visual da pouca área manejada corretamente não se deu, pois a vassoura de bruxa e a broca retornavam mais rápido do que eram removidas. Portanto, nesse período estudado, a ação da broca reduziu o rendimento de polpa na safra de 2007 a 25% e da vassoura de bruxa não pode ser calculado.

Quanto a organização comunitária as atuações foram muitas e muito pouco foi obtido de avanço. Como intervenções em comunidades com foco de geração de trabalho e renda abalam as relações de poder na comunidade, essas devem ser trabalhadas com muita atenção e sensibilidade para não gerar mais conflitos do que os já existentes na mesma,

e acabar como mais uma iniciativa frustrada, justamente por ser “boicotada” pelos próprios membros do grupo.

O grau de confiança dos comunitários na equipe que está apresentando a proposta, o grau de inserção da comunidade na atividade, a aderência da proposta com a realidade local e o tempo de intervenção são determinantes para o êxito da atividade.

Normalmente nas comunidades da RDS Tupé que já atuamos (e isso parece ser uma condição geral para as demais comunidades ribeirinhas da Amazônia) a visão de empreendedorismo é inexistente, o perfil etário é de crianças e pré-adolescentes e adultos já quase na terceira idade. Os idosos não tem muitas ambições mais nessa vida e suas perspectivas de melhora imediata na qualidade de vida são baixas, mas mesmo assim atuam efetivamente no grupo de beneficiadores de cupuaçu. Os pré-adolescentes estão se aproximando dessa atividade, pois é uma das poucas formas de gerar renda na comunidade, mas como é uma atividade recente, ainda não é suficiente para justificar sua permanência na comunidade após a maioridade, onde na maioria das vezes migra pra capital em busca de escola e trabalho formal.

Mas, apesar de pouco, a atividade ainda gera lucro e está a medida do possível envolvendo os jovens e, pela qualidade do produto beneficiado na própria comunidade, dentro de uma RDS, o mercado comprador está cada vez mais promissor.

Além disso, a autogestão é um processo e não é possível esquecer que mudar comportamentos, mesmo que para a melhor, é sempre um processo e muitas vezes mais longo que os 24 meses que atuamos na comunidade com esse projeto, mas os caminhos foram colocados, a equipe foi capacitada, as bases estabelecidas depois de muitas reuniões. Um embrião de um estatuto foi construído de forma participativa, restando ao grupo de beneficiadores de cupuaçu irem aprimorando, redirecionando e efetivamente ganhando dinheiro com a atividade.

Mas os princípios estabelecidos nesse projeto e sua forma de atuação sem dúvida alguma pode ser replicada em comunidades com perfil semelhantes,



Figura 1: Fotos das atividades desenvolvidas na comunidade Julião. a. dificuldade de acesso no período da seca; b. reforma na cozinha comunitária - instalação da fiação elétrica a ser ligada no gerador da escola municipal; c. despoldadeira comprada com recursos do projeto (CNPq); d. esquema apresentado e discutido com o grupo de beneficiadores de cupuaçu quanto a organização comunitária; e. dinâmica de grupo realizada no início das reuniões; f. alguns produtos a base de cupuaçu gerados na comunidade, durante o primeiro curso de beneficiamento do cupuaçu na própria comunidade.

ribeirinhos, produtores familiares, produtores de cupuaçu que não tem energia elétrica para o conservação da polpa, etc. que terão êxito semelhante ou maior do que o obtido no Julião. No entanto, não podemos esquecer-nos do processo continuado de sensibilização e formação do grupo, que é a base para a consolidação do grupo e continuação das atividades.

O planejamento participativo como ferramenta para organização social

Um dos grandes desafios em se realizar um planejamento participativo é iniciar a metodologia apostando no que as pessoas sentem, desejam e pensam a respeito do que querem abordar.

Um planejamento participativo se arquiteta a partir de uma construção conjunta e comprometida com os anseios da coletividade, já que as práticas que normalmente se desenvolvem nas comunidades têm por costume expor idéias totalmente pré-concebidas (Reis Júnior *et al.* – neste volume). Uma das estratégias adotadas em busca dos resultados positivos para a coletividade é a utilização de uma metodologia conhecida como DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.

“O DLIS é um novo modo de promover o desenvolvimento, possibilitando o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de: suprir suas necessidades imediatas; descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas (...), sendo uma via possível para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a conquista de modos de vida mais sustentáveis” (Rede DLIS).

Como forma de desenvolvimento do DLIS, adotou-se a proposta de trabalho comunitário conhecida como Diagnóstico Participativo, originalmente chamando de Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que surgiu nos projetos de Extensão rural

e implementaram a concepção e recuperação do manejo de recursos naturais renováveis.

A escolha de uma metodologia que prima pela participação direta dos envolvidos e interessados no processo não foi aleatória, e no caso da região da RDS Tupé, onde as comunidades têm envolvimento direto com as questões agrárias de modo geral, o propósito de desenvolver um programa de sustentabilidade social, econômica e ambiental é uma prioridade para a comunidade analisada.

O DRP oferece uma gama de conceitos e métodos que facilitam os processos de conhecimento, ação e organização durante o planejamento participativo, colaborando na construção do projeto coletivo (vide Reis Júnior *et al.* – neste volume, sessão O Diagnóstico Rápido Participativo nas Comunidades de São João do Tupé e Julião).

O processo consiste em levantar tudo o que é considerado relevante pelos comunitários, em seguida, discute-se as necessidades, as possibilidades e por fim a realidade. Após isso, é feita a hierarquização dos desejos, onde os próprios comunitários observaram que os reais desejos e possibilidades antes colocados como primordiais ficaram em segundo plano, e educação e saúde integrais foram os considerados prioritários, sendo geração de renda o quarto item na lista de prioridades (Reis Júnior – neste volume), apesar de ter sido uma demanda dos próprios comunitários no início do projeto e também de toda a contextualização já exposta anteriormente.

A proposta do DLIS -colocada em prática através do DRP- fundada em projeto multidisciplinar há de contribuir para a viabilidade de uma Amazônia pluricultural onde todos tenham capacidade de compreensão de seu habitat e de suas possibilidades econômicas, sociais e ambientais. Tal ferramenta possibilita ainda, o desenvolvimento de projetos próprios, em conformidade com suas características ancestrais, respeitadoras do ambiente, de modo que os progressos da civilização não se choquem com os valores que lhe são mais importantes.

Todo esse processo possibilitou tirarmos uma fotografia da comunidade, de seus desejos e de suas prioridades, e foi muito útil no processo



de avaliação do projeto de beneficiamento do cupuaçu, uma vez que a vertente econômica parecia não ser a prioridade dos comunitários depois que a atividade teve início e sim as relações sociais que ditavam o andamento do grupo.

Com isso, nossa avaliação dos resultados obtidos é a de que as relações interpessoais são mais estruturantes do que a própria vontade de gerar renda. O que queremos dizer com isso é que, mesmo sabendo do potencial para geração de renda da atividade comunitária de beneficiamento do cupuaçu, muitos comunitários ainda não participam da atividade pura e simplesmente porque não “gostam” da pessoa que é a atual líder da cozinha, não são capazes de superar essa barreira e encarar a atividade com o profissionalismo e visão empreendedora que a mesma necessita.

Por isso, uma visão integrada e um trabalho contínuo envolvendo oficinas participativas, dinâmicas, o próprio planejamento participativo se faz necessário e indispensável em experiências como a que estamos apresentando aqui.

Contrato assinado entre o grupo de beneficiadores e o produtor de cupuaçu

Uma das premissas estabelecidas nesse projeto era que essa atividade seria mais uma alternativa de geração de renda na comunidade, o que, portanto, não iria comprometer qualquer outra atividade já desenvolvida por eles (de rotina). Como foi estabelecido um contrato de troca do cupuaçu por mão de obra para os tratamentos culturais, o grupo pagava a fruta com trabalho, não envolvendo recursos financeiros. Isso implicava em um dia na semana de quatro membros irem limpar e colher os cupuaçus no terreno da produtora. Ao chegarem com os frutos, um outro grupo (geralmente de mulheres) limpava o fruto, retirava a polpa (numa despulpadeira elétrica adquirida pelos projetos supra-citados) e iniciavam o processo de cozimento (para polpa não estragar). Esse processo era feito todo num único dia. Com mais um dia de trabalho

eles terminavam de beneficiar toda a fruta colhida na semana.

Outra inovação adotada como estratégia para ajustar as necessidades à realidade local foi a questão do fornecimento dos frutos para o grupo de beneficiadores de cupuaçu. O apoio financeiro ofertado pelo projeto Biotupé através do financiamento do CNPq (CT-AGRO 20 e CT-AGRO 19) não contemplava as despesas com a compra da matéria-prima. Uma alternativa foi, depois de muito discutida no grupo, assinar um contrato com um dos principais fornecedores de cupuaçu da comunidade onde o grupo iria buscar as frutas no local da produção (ou seja, no terreno do produtor), ofertava-lhe os tratamentos culturais durante a safra e 50% de toda polpa extraída lhe era devolvida como forma de pagamento.

Como toda atividade que exige interação e organização de um grupo em relação a outro, diversas falhas houveram e foram exaustivamente discutidas em reuniões. Como a equipe do projeto Biotupé sempre mediava essas reuniões conseguimos um mínimo de objetividade e aos poucos fomos estabelecendo procedimentos a serem adotados, pensando e agindo sempre para a auto-gestão do grupo.

Dificuldades enfrentadas e perspectivas futuras

As principais dificuldades enfrentadas durante os quase dois anos de convívio com esses comunitários foram principalmente de cunho social, ou seja, de relacionamento interpessoal. Para listar alguns pontos trabalhados:

a. o projeto foi apresentado para a comunidade como um todo, mas só os interessados permaneceram no grupo produtivo. No entanto, a reclamação que ouvíamos repetidamente era sobre o projeto ser excludente ou estar priorizando uma família em detrimento da outra, mas quando parávamos pra conversar, eles mesmos lembraram de todo o processo e chegavam a conclusão que não era verdade a afirmativa inicial.

b. os homens do grupo não cumpriram com o acordo assinado com a fornecedora de cupuaçu em relação aos tratos culturais e essa não queria assinar outro contrato sem que o anterior tivesse sido devidamente cumprido. O acordo foi reduzir a porcentagem de polpa que ficava para o grupo, caso na semana anterior não tenham ido realizar os tratos culturais. No entanto, isso nunca ocorreu, pois o grupo começou a comprar a fruta de outros produtores também de dentro da RDS Tupé, que ofereciam a fruta já no barracão comunitário e não recebiam em produto e sim em dinheiro.

c. uma comunitária membro do grupo e chefe da cozinha foi recentemente contratada pela escola local o que limitou seu tempo na cozinha do grupo produtivo. Isso causou um retrocesso no grupo, pois agora estão retrabalhando a padronização da receita e o ponto de cada um dos produtos, mas novos produtos estão sendo gerados, como os cubos de cupuaçu, que está tendo uma ótima saída. Algumas reuniões estão sendo executadas e planejadas para que o grupo se unifique novamente e passe então a trabalhar em dois setores: a cozinha (com o beneficiamento da polpa) e o artesanato (com o aproveitamento das cascas e maior agregação de valor).

Considerações finais

Hoje, o grupo de beneficiadores de cupuaçu do Julião está estruturado, composto por aproximadamente 10 pessoas e com o objetivo de aproveitar o cupuaçu de forma integral. Este grupo já recebeu treinamento de colheita dos frutos, extração da polpa usando uma despulpadeira fornecida com financiamento do CNPq, produção de doces, balas e geléia, além de tratos culturais nos plantios de cupuaçu. Também com financiamento do CNPq foi feita uma pequena reforma na cozinha comunitária para deixá-la em condições adequadas para a realização das atividades, onde a higiene pessoal, do local e equipamentos foram facilitadas após esta reforma. A despulpadeira é usada com fornecimento de energia elétrica do gerador da escola municipal. Mas os membros do projeto têm

bem claro que ações de continuidade abrangendo as fraquezas do grupo, já identificadas, são necessárias para que este esforço possa resultar no protagonismo pleno por parte dos integrantes do grupo de beneficiadores.

Os processos de colheita dos frutos, seu preparo para extração da polpa, extração da polpa, e fabricação de doces, geléias e balas já estão consolidados, mas muito ainda precisa ser feito. As atividades de gestão financeira e administrativa, os tratos culturais e fitossanitários dos plantios precisam ser adequadamente oferecidos, apreendidas e implantadas no grupo. O marketing e comercialização dos produtos são deficientes. Os resíduos gerados pela atividade não são adequadamente tratados. O aproveitamento das sementes e da casca ainda não está sendo realizado. A organização geral para o trabalho em grupo precisa ser adequadamente resgatada e consolidada. Os antigos puxiruns, ajuris e mutirões, denominações locais para o trabalho comunitário, práticas que ainda existem em algumas comunidades do interior da Amazônia e que talvez ainda façam parte das lembranças da infância de alguns precisam ser valorizadas através da prática.

Uma atividade que poderá ser incentivada na comunidade é o beneficiamento da semente, afinal ela é 20-25% do peso de cada fruta. A semente do cupuaçu, considerada resíduo da agroindústria, é um material de excelente valor nutricional (Carvalho, 2004), servindo para o preparo de cupulate, produto que se assemelha ao chocolate. Além disso, a partir dela pode-se fazer a extração da gordura das sementes (manteiga de cupuaçu), comercializada nas indústrias de cosméticos (Nazaré, 1990). Mas só a semente seca já encontra um bom preço no mercado local e já resolveria um problema de geração de resíduo na comunidade.

Além disso, detectamos um grupo de mulheres na comunidade com habilidades para utilizar as cascas do cupuaçu na produção de cestas e enfeites/embalagens, o que agregaria mais valor ao produto final. Mas essa é uma iniciativa que deverá ser tomada pelo grupo.



Analisando os 22 meses de intervenção na comunidade podemos então concluir que os procedimentos adotados conseguiram atingir os objetivos propostos no projeto, que o envolvimento, ou empoderamento, comunitário ocorreu e que as mudanças de comportamento e postura em relação ao assistencialismo que estavam tão acostumados está gradativamente mudando e cada vez menos presente no discurso dos comunitários que estão envolvidos nesse processo. Realizar avaliações ao longo do desenvolvimento das atividades nos permitiu corrigir pequenos desvios, o que de certa forma foi responsável pelo êxito do projeto.

No entanto, se faz necessário destacar que como todo processo, as mudanças são contínuas, porém morosas, mas esperamos que duradouras.

Agradecimentos

Esse projeto contou com o apoio financeiro do CNPq (CT-AGRO 20 – Gestão local através de ações sócio-ambientais e uso racional dos recursos naturais para geração de renda e melhoria da qualidade de vida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Financiamento CNPq; e CT-AGRO 19 – Organização comunitária e uso da biodiversidade para geração de renda e melhoria da qualidade de vida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé. Financiamento CNPq.

Referências Bibliográficas

- Carvalho, J.E.U. 2004. Fruteiras Nativas da Amazônia. On-line. Disponível em: <<http://www.cpatu.embrapa.br/Fruteiras/Fruteiras.htm>>. Acesso em 19/05/2004.
- Cunha, M.C., Almeida, M.W.B.. 2001. Populações tradicionais e conservação ambiental. Pp.184-193 In: CAPOBIANCO, J.P *et al.* (orgs) Biodiversidade na Amazônia Brasileira. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, Estação Liberdade.
- Lisboa, P.L.B. 2002. Caxiuanã: Populações Tradicionais, Meio Físico e Diversidade Biológica. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 734p.
- Nazaré, R.F.R; *et al.* 1990. Processamento das sementes de cupuaçu para a obtenção de cupulate. Belém: EMBRAPA – CPATU. 38p. il. (Boletim de pesquisa 108).
- Reis Júnior, A.M.; Blanco, A.; Gasparini, L. 2009. Planejamento Participativo: Processo coletivo de construção de autonomia em comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé- AM- Brasil – neste livro
- Scudeller, V.V. 2007. Uso de recursos vegetais não madeireiros como alternativa de geração de renda na RDS Tupé - AM. Revista Brasileira de Biociências 5: 258-260.

